

Gastos fora de controle

Atento à necessidade do país de financiar suas despesas com dinheiro que não dispõe, o economista Raul Veloso afirma que o Brasil precisa criar alternativas urgentes de receitas para, no mínimo, evitar o crescimento dos gastos. Numa simulação para os próximos seis anos, ele constata que, sem privatizações, a evolução da dívida líquida do setor público (diferença entre o que a União tem a receber e o que deve), crescerá de 36,5% do Produto Interno Bruto, neste ano, para 49,2% do PIB, em 2003.

Celso Martone, professor da Universidade de São Paulo (USP), cita números que reforçam a apreensão de Raul Veloso. Ele mostra como a capacidade da União em ampliar a arrecadação vem sendo atropelada pela expansão, quase que inercial, das despesas do Executivo. "Vamos comparar dois períodos. Entre 1980 e 1985, a receita tributária era de 25,1% do PIB. Em 1995, passou para 27,1%. No caso das despesas totais, os gastos chegaram a 23,8% do PIB entre 1980 e 1985. Há dois anos, as despesas já consumiam 37,3% de todas as riquezas produzidas no país".

Vendo esses números, Raul Veloso propõe ao governo a criação do Fundo de Reforma do Estado (FRE). Pela iniciativa, o Executivo arrecadaria entre R\$ 110 bilhões e R\$ 140 bilhões com

ativos que não maximiza o valor, pois ainda não são administrados de forma profissional. Cerca de R\$ 70 bilhões viriam da venda de estatais. Outros R\$ 10 bilhões de depósitos judiciais de devedores da União. Entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões seriam obtidos junto aos governos estaduais, como Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, que estão pagando 20% dos seus imensos débitos junto à União.

Os destinos desta quantia bilionária, um fundo do governo, seriam decididos por um comitê de ministros da área econômica, como ocorre com o Conselho Monetário Nacional, composto pelos titulares da Fazenda, Planejamento e Banco Central. A administração operacional dos recursos ficaria a cargo de um profissional de mercado altamente gabaritado.

Com estas medidas, o economista assegura que a dívida pública ficaria estável, mantendo os atuais 36,5% do PIB. Para um país cuja capacidade de poupar é limitada é melhor manter este passivo em níveis baixos. O desenvolvimento mais avançado da Nação, contudo, somente deverá ocorrer no próximo século. "Até 2002 a Nação terá um crescimento acumulado de 18%. A renda per capita (por pessoa) aumentará 2,8% ao ano, perto dos 3% apurados nos últimos 45 anos", comenta Fábio Giambiagi, do BNDES.